



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022



CONTEÚDO

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações de valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS

Em 2023, a Centauro priorizou o aumento da rentabilidade, ajustando as expectativas de receita e reduzindo custos de forma eficaz dando ênfase ao aumento da eficiência operacional através da diluição de despesas.

Priorizamos a maximização da rentabilidade, especialmente com a otimização da rentabilidade do canal digital. A retração de receita acompanhada de uma expansão de margem bruta em comparação com o ano de 2022 refletem a estratégia adotada por meio de iniciativas como a melhora do retorno sobre investimento (ROI), a readequação das políticas de markdowns, o incentivo as modalidades de venda mais rentáveis, como o click and collect, e estratégias de marketing de performance mais assertivas. Com as iniciativas adotadas, o percentual de clientes que compram no canal digital e retiram os produtos em uma de nossas lojas físicas, contou com um aumento de 11,8 pontos percentuais ao longo do ano. Adicionalmente, revisamos o portfólio de lojas, encerrando operações deficitárias e expandindo a rentabilidade do canal de lojas. Vale destacar que desconsiderando o impacto positivo da Copa do Mundo nas vendas das lojas físicas em 2022, a receita líquida do canal teria expandido 9,6% no ano.

O resultado de Centauro também contribuiu para o resultado da empresa controladora, o Grupo SBF que encerrou o ano com uma dívida líquida/EBITDA de 1,35x, resultado que representa uma importante redução em comparação ao indicador de 3,35x vezes registrado em junho de 2023, principalmente devido a uma gestão de capital de giro mais eficiente, especialmente na frente de redução dos estoques. Em termos de dias de estoques, a redução foi de 11,9% em relação a dezembro de 2022, e 25,2% em comparação com junho de 2023. A geração de caixa operacional do Grupo SBF alcançou R\$950 milhões no quarto trimestre de 2023, a maior já registrada em um único trimestre.

No ano de 2024, as prioridades estratégicas do Grupo SBF estão direcionadas para um crescimento seguro e responsável, com objetivo de aumentar a rentabilidade através da retomada da margem bruta e da otimização do capital de giro, resultando em uma redução estrutural da alavancagem.

Na Centauro, concentraremos nossos esforços na expansão do lucro bruto por m² através da melhora da eficiência operacional das lojas e de uma precificação de produtos mais assertiva. No canal digital, esperamos a retomada do crescimento através de um sortimento cada vez mais alinhado às necessidades dos consumidores, complementado por uma curadoria de itens de sellers 3P, possibilitando assim que a Centauro tenha uma oferta completa em todas as modalidades esportivas. Além disso, continuaremos investindo em uma experiência omnichannel cada vez mais fluida para os nossos clientes, através da nossa rede de 225 lojas Centauro.

Estamos confiantes em relação à melhora da rentabilidade e redução da alavancagem, ancoradas no trabalho de eficiência realizado em 2023 e no planejamento seguro e responsável estruturado para 2024 e 2025. Nosso plano é trilhar um caminho que fortaleça não apenas nossa saúde financeira, mas também respeite e ultrapasse as expectativas de nossos stakeholders, assegurando uma base sólida para o crescimento sustentável e próspero da nossa empresa no longo prazo.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

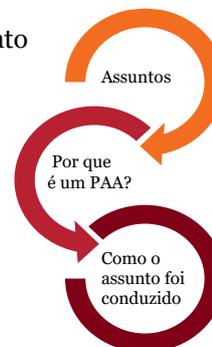
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 4(c) e 13.2)

A Companhia e sua controlada Fisica Comércio de Produtos Esportivos S.A. possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R\$ 574.252 mil.

As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme divulgado na Nota 13. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros.

Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos.

Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos.

Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.



SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão e passivos contingentes tributários (Nota 14.2 (c))</p> <p>A Companhia e sua controlada são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R\$ 507.547 mil, em 31 de dezembro de 2023.</p> <p>A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação.</p> <p>Além disso, considerando a complexidade do ambiente tributário e a relevância dos valores em discussão, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências.</p> <p>Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento.</p> <p>Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.</p> <p>Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 -



SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

"Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho



SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
C=br;E=leandro@ardito.com.br;
Signed By: LEANDRO MAURO ARDITO 1572095295
CPF: 1572095295
Signing Time: 18 de março de 2024 16:57:01T
O: C=BR;OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC-SERASIA-RFB@br.gov.br

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)



Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	326.343	212.292	873.402	373.384
Contas a receber	7	1.182.877	2.705.920	1.926.184	3.387.419
Estoques	8	883.996	871.708	2.017.223	2.100.089
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	-	4.169
Tributos a compensar	10	141.708	154.652	337.026	489.821
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	-	-	36.774	32.269
Juros sobre capital próprio a receber	24	-	75.922	-	-
Mútuo a receber	25	-	226.403	-	-
Outros ativos	12	47.962	27.841	104.439	88.039
Total do ativo circulante		2.582.886	4.274.738	5.295.048	6.475.190
Ativo não circulante					
Tributos a compensar	10	94.859	91.610	176.641	136.423
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	6.476	77.271	6.504	77.297
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	262.762	356.892	585.267	667.335
Depósitos judiciais	14	107.197	96.434	403.455	284.479
Outros ativos	12	324	321	4.222	18.908
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.984	1.820	-	-
Total do realizável a longo prazo		478.602	624.348	1.176.089	1.184.442
Investimentos	15	1.495.066	1.349.182	4.080	5.001
Imobilizado	16	387.776	412.466	584.675	548.180
Intangível	17	252.766	250.932	453.937	415.924
Direito de uso	18	1.122.264	1.293.390	1.318.745	1.397.320
Total do ativo não circulante		3.736.474	3.930.318	3.537.526	3.550.867
Total do ativo		6.319.360	8.205.056	8.832.574	10.026.057

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante					
Fornecedores	19	967.631	2.392.939	1.297.370	2.979.788
Fornecedores - risco sacado	19	62.596	138.171	62.596	138.171
Empréstimos e financiamentos	20	5.435	85.893	28.710	86.082
Debêntures	20	188.672	191.836	595.294	191.836
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	87.804	39.612
Arrendamentos a pagar	18	146.692	236.942	172.827	269.173
Obrigações tributárias	21	137.641	78.244	352.939	189.405
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	-	15.839
Impostos parcelados	22	7.253	23.632	29.203	44.327
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	144.486	162.158	168.594	190.543
Dividendos a pagar	24	25.561	-	173.081	235.756
Partes relacionadas - outras contas a pagar	25	3.362	14.175	50.201	47.049
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.600	-	1.400	-
Outras contas a pagar	26	45.620	48.120	113.359	116.148
Outros passivos	27	39.308	85.225	69.092	151.472
Total do passivo circulante		1.775.857	3.457.335	3.202.470	4.695.201
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	580	81.915	172.444	81.996
Debêntures	20	598.604	773.647	801.052	773.647
Arrendamentos a pagar	18	1.201.837	1.252.142	1.394.724	1.334.783
Impostos parcelados	22	8.180	11.659	64.396	65.281
Partes relacionadas - outras contas a pagar	25	-	-	-	367
Provisão para riscos administrativos e judiciais	14	177.849	167.798	538.509	497.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	11.015	9.721
Outros passivos	27	-	-	91.511	107.251
Total do passivo não circulante		1.987.050	2.287.161	3.073.651	2.870.296
Patrimônio líquido	28				
Capital social		2.229.971	2.229.971	2.229.971	2.229.971
Reservas de capital		16.895	12.700	16.895	12.700
Reservas de lucros		336.545	233.046	336.545	233.046
Ajuste de avaliação patrimonial		(26.958)	(15.157)	(26.958)	(15.157)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		2.556.453	2.460.560	2.556.453	2.460.560
Total do patrimônio líquido		2.556.453	2.460.560	2.556.453	2.460.560
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.319.360	8.205.056	8.832.574	10.026.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas líquidas	29	5.826.462	5.902.798	9.377.358	6.185.094
Custo das vendas e dos serviços prestados	30	(4.263.658)	(4.276.199)	(6.228.796)	(4.410.915)
Lucro bruto		1.562.804	1.626.599	3.148.562	1.774.179
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	31	(1.190.489)	(1.235.847)	(2.249.615)	(1.331.598)
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	-	(2.104)	380	(2.299)
Despesas administrativas e gerais	31	(221.496)	(265.915)	(435.705)	(295.237)
Outros ganhos, líquidos		17.396	24.198	15.250	24.793
Resultado com equivalência patrimonial	15	211.077	51.879	(921)	280
Despesas operacionais, líquidas		(1.183.512)	(1.427.789)	(2.670.611)	(1.604.061)
Lucro operacional		379.292	198.810	477.951	170.118
Receitas financeiras	32	54.352	90.783	242.637	105.952
Despesas Financeiras	32	(301.830)	(316.029)	(585.237)	(320.365)
Resultado financeiro, líquido		(247.478)	(225.246)	(342.600)	(214.413)
Lucro antes dos impostos		131.814	(26.436)	135.351	(44.295)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	90.906	5.720	90.837	24.654
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	(93.660)	60.886	(97.128)	59.811
Lucro líquido do exercício		129.060	40.170	129.060	40.170
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia					
Prejuízo básico por ação (média ponderada)	28			0,03	0,02
Prejuízo diluído por ação (média ponderada)	28			0,03	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	129.060	40.170	129.060	40.170
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Equivalência sobre hedge de fluxo de caixa	(40.846)	(15.157)	(40.846)	(15.157)
Outros resultados abrangentes	88.214	25.013	88.214	25.013
Equivalência sobre os efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	13.888	-	13.888	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	102.102	25.013	102.102	25.013
Resultado abrangente do exercício	102.102	25.013	102.102	25.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)



	Atribuível aos acionistas controladores							
	Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	854.103	12.700	29.271	163.604	-	-	-	1.059.678
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	40.170	40.170
Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	18.001	-	18.001
Constituição de reserva	-	-	2.009	38.162	-	-	(40.170)	1
Transferência de quotas - Física	1.375.868	-	-	-	-	(33.158)	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.229.971	12.700	31.280	201.766	-	(15.157)	-	2.460.560
Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.229.971	12.700	31.280	201.766	-	(15.157)	-	2.460.560
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	129.060	129.060
Equivalência sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(25.689)	-	(25.689)
Equivalência sobre os efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	13.888	-	13.888
Contribuição de capital da controladora	-	4.195	-	-	-	-	-	4.195
Constituição de reserva	-	-	6.453	20.363	76.683	-	(103.499)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.561)	(25.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.229.971	16.895	37.733	222.129	76.683	(26.958)	-	2.556.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações dos Fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	131.814	(26.436)	135.351	(44.295)
Ajustado por:				
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	16, 17	134.635	130.598	177.171
Depreciação do direito de uso	18	192.323	166.065	224.597
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	20	22.630	35.294	34.003
Juros sobre debêntures	20	128.934	124.052	190.695
Juros sobre mútuos	25	(6.399)	-	-
Juros sobre parcelamentos de tributos	22	9.014	1.068	8.082
Juros sobre pagamentos em atraso	32	2.501	656	2.928
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	-	(2.104)	380
Juros sobre atraso de impostos	32	-	10.670	1.722
Resultado de equivalência patrimonial	15	(210.407)	(51.879)	921
Contribuição de capital da controladora		1.773	-	4.195
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	16, 17	18.960	2.599	1.110
Baixa residual arrendamentos	18	(7.438)	-	(7.438)
Provisão para obsolescência do estoque	8	(4.251)	(11.981)	(12.073)
Juros de arrendamento mercantil	18	115.179	118.931	131.813
Descontos sobre arrendamentos	18	(2.259)	(10.093)	(2.259)
Constituição líquida de provisão para riscos administrativos e judiciais	14	29.376	18.488	64.706
		556.385	505.928	955.904
				533.613
Variações em:				
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	7	1.523.043	(674.069)	1.460.855
Estoques	8	(8.037)	(213.470)	94.939
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	4.169
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	11	180.091	113.544	269.702
Depósitos judiciais	14	(10.763)	(41.393)	(118.976)
Outros ativos	12	(20.124)	(10.943)	(1.714)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	19	(1.428.410)	712.459	(1.685.947)
Fornecedores - risco sacado	19	(75.575)	70.457	(75.575)
Obrigações tributárias	21	59.867	26.384	161.812
Parcelamentos de tributos	22	(28.872)	(39.189)	(24.091)
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	22.503
Contingências pagas	14	(19.325)	(42.985)	(23.447)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23	(17.672)	26.247	(21.949)
Outras contas a pagar	26	(2.500)	10.383	(2.789)
Partes relacionadas - outras contas a pagar	25	(10.813)	-	-
Outros passivos	27	(45.917)	73.096	(98.119)
		94.993	10.521	(38.627)
				162.995
Varição nos ativos e passivos:				
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(8.209)	(15.717)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	20	(21.583)	(34.575)	(34.597)
Juros pagos sobre debêntures	20	(130.475)	(109.648)	(170.013)
Juros pagos sobre mútuos com partes relacionadas	25	10.869	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		510.189	364.017	699.458
				578.927
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	16	(40.603)	(94.375)	(121.511)
Adições no intangível	17	(89.535)	(113.690)	(130.677)
Aquisição de participação em coligada - FitDance		-	(9.636)	-
Aumento de capital em controlada		(2.820)	(7.000)	-
Ágio na aquisição de participação na X3M		-	-	(4.721)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(132.958)	(224.701)	(252.188)
				(285.904)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	20	-	2.536	194.248
Emissão de debêntures	20	-	496.133	586.848
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	20	(339.506)	(204.279)	(339.753)
Arrendamentos pagos	18	(267.234)	(238.653)	(304.543)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		(3.564)	(1.820)	1.400
Juros sobre capital próprio recebido	24	125.191	3.000	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas	24	-	14.175	-
Mútuos com partes relacionadas recebidos	25	221.933	(226.403)	-
Dividendos pagos	24	-	-	(88.237)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(263.180)	(155.311)	52.748
				(154.430)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa				
		114.051	(15.995)	500.018
				138.593
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro				
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		212.292	228.287	373.384
		326.343	212.292	873.402
				373.384
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa				
		114.051	(15.995)	500.018
				138.593
Transações que não afetaram caixa				
Adição ao imobilizado e intangível	16, 17	601	2.070	601
Derivativos	9	-	-	(11.801)
				(15.157)

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações de valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	7.198.836	7.283.726	11.686.873	7.647.244
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	7.186.351	7.260.867	11.692.264	7.624.002
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(13.294)	(2.104)	(36.314)	(2.299)
Outras receitas	25.779	24.963	30.923	25.541
Insumos adquiridos de terceiros	(3.579.100)	(3.662.509)	(5.989.737)	(3.848.564)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.125.812)	(3.118.086)	(4.578.172)	(3.228.317)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(397.663)	(457.989)	(1.342.898)	(547.258)
Perda de valores ativos	(55.625)	(86.434)	(68.667)	(72.989)
Valor adicionado bruto	3.619.736	3.621.217	5.697.136	3.798.680
Depreciação e amortização	(325.475)	(318.669)	(401.606)	(320.595)
Valor adicionado líquido produzido	3.294.261	3.302.548	5.295.530	3.478.085
Valor recebido em transferência	265.289	142.662	240.891	106.106
Resultado de equivalência patrimonial	211.077	51.879	(922)	154
Receitas financeiras	54.212	90.783	241.813	105.952
Valor adicionados total a distribuir	3.559.550	3.445.210	5.536.421	3.584.191
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	486.469	533.429	679.599	550.027
Remuneração direta	336.009	341.335	461.736	351.858
Benefícios	118.090	159.837	174.299	165.112
FGTS	32.370	32.257	43.564	33.057
Impostos, taxas e contribuições	2.474.551	2.402.039	3.859.646	2.503.391
Federais	1.006.572	943.874	1.499.143	970.890
Estaduais	1.443.682	1.434.272	2.329.225	1.509.372
Municipais	24.297	23.893	31.278	23.129
Remuneração de capitais de terceiros	469.470	469.572	868.116	490.603
Despesas financeiras (juros)	166.396	182.460	234.758	190.186
Aluguéis	66.088	57.781	111.254	63.133
Outras	236.986	229.331	522.104	237.284
Remuneração de capitais próprios	129.060	40.170	129.060	40.170
Lucro líquido do exercício	129.060	40.170	129.060	40.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. (“Controladora”, “Companhia” ou “SBF Comércio”) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, compreendem a controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e sua controlada, denominadas em conjunto “SBF Comércio” ou “Companhia”.

Em 18 de junho de 2020, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da Sociedade de uma sociedade empresarial limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários com a categoria B.

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto (“Companhia” ou “Consolidado”) tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, produção audiovisual, assim como produção de filmes para publicidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2024.

A lista das entidades controladas da Companhia são apresentadas abaixo:

Controladas	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DIRETA		ATIVIDADE
	2023	2022	
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	100%	100%	Comércio esportivo
Fitdance Entretenimento Ltda	100%	100%	Produção de filmes para publicidade
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	100%	100%	Comércio atacadista e varejista

As principais informações sobre cada uma das controladas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na Nota 15.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão

antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado;

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Consolidação

A Companhia detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controlada no patrimônio líquido das controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora.

2.4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

2.5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos

Em 2023, a Companhia avaliou as emendas aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2023. As principais alterações são:

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2** - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajadas pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos"**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de

pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.7 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável ("CODM") pela tomada de decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

A Administração determinou que o CEO da controladora Grupo SBF S.A. é o CODM, responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia e análise de informações sobre os resultados operacionais da Companhia, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada.

Exceto pela receita bruta (Nota 29), não há informação financeira individualizada disponível. Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil.

Durante o exercício de 2023 a atividade de serviços não se qualificou como um segmento reportável.

2.8 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.9 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças em moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023

3.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Leis Complementares.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Leis Complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 17. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

b) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Contas a receber de clientes atacado (Nota 7);
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 585.267 (667.335 em 31 de dezembro de 2022) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas geradas pelas controladas da SBF Comércio. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas.

d) Contingências tributárias

A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Há também discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

e) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

f) Julgamentos críticos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Determinação do prazo do arrendamento: Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou exercícios após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil

5.1.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de



negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los.

Mensuração subsequente

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no exercício em que ocorrerem.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do

ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia manteve.

Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que este seja baixo ou superior pela agência de rating de crédito Fitch Ratings.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um



ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis da Companhia referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com a Companhia (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito das administradoras avaliado pelo mercado.

5.1.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), operações de arrendamento (Nota 18), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 19), empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20) e dividendos a pagar (Nota 24).

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.1.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou em exercícios em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

5.2 Gestão de riscos financeiros

5.2.1 Fatores de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial da Companhia dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos operacionais – Notional (NDF)	(1.438.615)	(1.664.665)

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de *hedge*, conforme CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de “outros resultados abrangentes”. Em 31 de dezembro de 2023, foi apurada perda de R\$ 26.958 (R\$ 15.157 em 31 de dezembro de 2022). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Os valores acumulados em “outros resultados abrangentes” são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Vencimentos	Instrumento de <i>hedge</i>			Objeto de <i>hedge</i>	
	Moeda	Notional	Valor justo	Operação	Vencimentos estimados
De 24/01/2024 à 18/12/2024	USD	(1.438.615)	(87.804)	Pedido de Importações de mercadorias	De 24/01/2024 à 18/12/2024
Total Consolidado		(1.438.615)	(87.804)		

Valor justo

No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023, sendo que todos possuem a finalidade de proteção cambial para compra de mercadorias.

Consolidado					
Derivativo	Valor principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo máximo de vencimento	Contraparte
NDF	(254.668)	Comprado	(8.650)	18/12/2024	ABC
NDF	(583.806)	Comprado	(36.969)	18/12/2024	Bradesco
NDF	(214.209)	Comprado	(4.004)	18/12/2024	BTG
NDF	(165.665)	Comprado	(12.614)	18/12/2024	HSBC Brasil
NDF	(240.537)	Comprado	(16.946)	18/12/2024	Itaú
NDF	(188.795)	Comprado	(14.386)	18/12/2024	Votorantim
NDF	44.547	Vendido	694	18/12/2024	ABC
NDF	29.778	Vendido	1.143	18/12/2024	Bradesco
NDF	109.256	Vendido	3.295	18/12/2024	BTG
NDF	18.825	Vendido	521	18/12/2024	Itaú
NDF	6.659	Vendido	112	18/12/2024	Votorantim
Total	(1.438.615)		(87.804)		

Risco de taxas de juros

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os arrendamentos, empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos.

Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia, correspondem à:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (Nota 6)	307.881	201.837	782.725	333.273
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	(6.015)	(167.808)	(201.154)	(168.078)
Debêntures (Nota 20)	(787.276)	(965.483)	(1.396.346)	(965.483)
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	(1.348.529)	(1.489.084)	(1.567.551)	(1.603.956)

Análise de sensibilidade

O risco da Companhia decorre das operações com aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI do índice DI da B3 (11,65% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

	Controladora					
			Aumento dos juros		Redução dos juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
	2023	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras (nota 6)	307.881	35.868	44.835	53.802	26.901	17.934
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(6.015)	(701)	(876)	(1.052)	(526)	(351)
Debêntures (nota 20)	(787.276)	(91.718)	(114.648)	(137.577)	(68.789)	(45.859)
Arrendamentos a pagar (nota 18)	(1.348.529)	(157.104)	(196.380)	(235.656)	(117.828)	(78.552)

	2023	Provável	Consolidado			
			Aumento dos juros		Redução dos juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
			25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras (nota 6)	782.725	91.187	113.984	136.781	68.390	45.594
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(201.154)	(23.434)	(29.293)	(35.151)	(17.576)	(11.717)
Debêntures (nota 20)	(1.396.346)	(162.674)	(203.343)	(244.011)	(122.006)	(81.337)
Arrendamentos a pagar (nota 18)	(1.567.551)	(182.620)	(228.275)	(273.930)	(136.965)	(91.310)

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras.

O risco de crédito da Companhia são as administradoras de cartão de crédito, responsáveis por 88,5% (88,7% em 31 de dezembro de 2022) dos recebíveis no balanço da Companhia, enquanto os recebíveis de atacado são responsáveis por 11,5% (11,3% em 31 de dezembro de 2022). Todas as vendas da Companhia nas lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, pix, boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado.

A Companhia registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com a Companhia (não há risco de perda) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, a Companhia não tem apresentado perdas na realização do contas a receber.

A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada na Nota 7.

Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos (Nota 6)	15.480	10.455	51.175	40.004
Aplicações financeiras - circulante (Nota 6)	307.881	201.837	782.725	333.273
Meios de pagamento (Nota 6)	2.982	-	39.502	107
Contas a receber (Nota 7)	1.182.877	2.705.920	1.926.184	3.387.419
Outros ativos (Nota 12)	48.286	28.162	108.661	106.947
Depósitos judiciais (Nota 14)	107.197	96.434	403.455	284.479
Total	1.664.703	3.042.808	3.311.702	4.152.229

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito do contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa esperados provenientes das contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 1.089.224 (R\$ 1.095.093 em 31 de dezembro de 2022).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (Nota 4)	307.881	201.837	782.725	333.273
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(6.015)	(167.808)	(201.154)	(168.078)
Debêntures (Nota 18)	(787.276)	(965.483)	(1.396.346)	(965.483)
Arrendamentos a pagar (Nota 16)	(1.348.529)	(1.489.084)	(1.567.551)	(1.603.956)
Total	(1.833.939)	(2.420.538)	(2.382.326)	(2.404.244)

e) Risco de liquidez

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações a curto prazo	(1.775.857)	(3.457.335)	(3.202.470)	(4.699.371)
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	326.343	212.292	873.402	373.384
Instrumentos financeiros derivativos - ativo (Nota 7)	-	-	-	4.169
Contas a receber (Nota 5)	1.182.877	2.705.920	1.926.184	3.387.419
Total	(266.637)	(539.123)	(402.884)	(934.399)
Patrimônio líquido	2.556.453	2.460.560	2.556.453	2.460.560
Índice de endividamento líquido	10%	22%	16%	38%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis de cartão de crédito podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista, por meio de venda da carteira de recebíveis.

Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam há 150 dias após o recebimento em nosso centro de distribuição e, historicamente, temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores.

Assim, a Companhia utiliza os recursos das vendas do exercício para quitar as compras feitas no exercício anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo.

A maior parte dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão no longo prazo, sendo que apenas 39,06% serão liquidados em curto prazo, ou seja, em até 12 meses.

31 de dezembro de 2023	Controladora						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	967.631	967.631	818.398	149.233	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	46.731	15.865	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	6.015	6.361	2.008	3.757	596	-	-
Debêntures (Nota 20)	787.276	960.618	21.469	244.428	320.520	374.201	-
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.348.529	1.829.357	43.431	226.810	486.902	417.002	655.212
Impostos parcelados (Nota 22)	15.433	16.991	3.570	4.455	4.217	4.737	12
Outras contas a pagar (Nota 26)	45.620	45.620	45.620	-	-	-	-
Total	3.233.100	3.889.174	981.227	644.548	812.235	795.940	655.224

31 de dezembro de 2022	Controladora						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	2.392.939	2.392.939	536.904	1.856.035	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	138.171	138.171	119.130	19.041	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	167.808	192.552	4.642	99.892	87.458	560	-
Debêntures (Nota 20)	965.483	1.299.209	29.151	281.194	275.277	534.646	178.941
Impostos parcelados (Nota 22)	35.291	38.797	5.540	21.057	9.347	2.807	46
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.489.084	2.077.018	47.922	246.006	514.735	446.586	821.769
Outras contas a pagar (Nota 26)	48.120	47.952	47.952	-	-	-	-
Total	5.236.896	6.186.638	791.241	2.523.225	886.817	984.599	1.000.756

31 de dezembro de 2023	Consolidado						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	1.297.370	1.298.412	1.167.917	130.495	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	62.596	62.596	46.731	15.865	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	201.154	263.394	5.958	46.798	67.593	143.045	-
Debêntures (Nota 20)	1.396.346	1.626.669	46.233	663.834	461.154	455.448	-
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.567.551	2.118.877	50.800	262.791	574.764	513.614	716.908
Impostos parcelados (Nota 22)	93.599	105.293	8.175	26.730	29.394	40.956	38
Outras contas a pagar (Nota 26)	113.359	113.359	113.359	-	-	-	-
Total	4.731.975	5.588.600	1.439.173	1.146.513	1.132.905	1.153.063	716.946

31 de dezembro de 2022	Consolidado						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 19)	2.979.788	2.979.788	1.484.621	1.495.167	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	138.171	138.171	119.130	19.041	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	168.078	191.804	4.592	99.423	87.229	560	-
Debêntures (Nota 20)	965.483	1.285.633	28.662	276.862	271.200	530.472	178.437
Arrendamentos a pagar (Nota 18)	1.603.956	2.176.721	51.382	264.578	560.203	488.839	811.719
Impostos parcelados (Nota 22)	109.608	127.784	10.659	45.449	33.128	37.771	777
Outras contas a pagar (Nota 26)	116.148	140.441	140.441	-	-	-	-
Total	6.081.232	7.040.342	1.839.487	2.200.520	951.760	1.057.642	990.933

Os fluxos de entradas/saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

5.2.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	201.154	168.078
Debêntures (Nota 20)	1.396.346	965.483
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 6)	(873.402)	(373.384)
Dívida líquida	724.098	760.177
Total do patrimônio líquido	2.556.453	2.460.560
Capital total	3.280.551	3.220.737
Índice de alavancagem financeira - %	22%	24%

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido consolidado de R\$ 2.092.578 (R\$ 1.779.989 em 31 de dezembro de 2022), ou seja, uma variação positiva de R\$ 312.589.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucro antes dos impostos consolidados de R\$ 135.351 (prejuízo de R\$ 44.295 em 31 de dezembro de 2022).

5.2.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

Nível 3 - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Valor justo versus valor contábil - Consolidado

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Hierarquia de valor justo	Consolidado		
		Valor Contábil	Valor justo	Custo amortizado
31/12/2023				
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	-	51.175	-	51.175
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	782.725	782.725	-
Meios de pagamento (Nota 6)	Nível 2	39.502	39.502	-
Contas a receber (Nota 7)	-	1.926.184	-	1.926.184
Depósitos judiciais (Nota 14)	-	403.455	-	403.455
Outros ativos (Nota 12)	-	108.661	-	108.661
Total		3.311.702	822.227	2.489.475
Passivos				
Fornecedores (Nota 19)	-	1.297.370	-	1.297.370
Fornecedores - risco sacado (Nota 19)	-	62.596	-	62.596
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	-	201.154	-	201.154
Debêntures (Nota 20)	-	1.396.346	-	1.396.346
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	87.804	87.804	-
Arendamentos a pagar (Nota 18)	-	1.567.551	-	1.567.551
Impostos parcelados (Nota 22)	-	93.599	-	93.599

Total		4.706.420	87.804	4.618.616
Consolidado				
31/12/2022				
	Hierarquia de valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (nota 6)	-	40.004	-	40.004
Aplicações financeiras (nota 6)	Nível 2	333.273	333.273	-
Meios de pagamento (nota 6)	-	107	-	107
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	Nível 2	4.169	4.169	-
Contas a receber (nota 7)	-	3.387.419	-	3.387.419
Outros ativos (nota 12)	-	106.947	-	106.947
Total		3.871.919	337.442	3.534.477
Passivos				
Fornecedores (nota 19)	-	2.979.788	-	2.979.788
Fornecedores - risco sacado (nota 19)	-	138.171	-	138.171
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	-	168.078	-	168.078
Debêntures (nota 20)	-	965.483	-	965.483
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	Nível 2	39.612	39.612	-
Arrendamentos a pagar (nota 18)	-	1.603.956	-	1.603.956
Impostos parcelados (nota 22)	-	109.608	-	109.608
Total		6.004.696	39.612	5.965.084

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 89,91% para aplicações diárias (55% em aplicações diárias em 31 de dezembro 2022) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – “CDI”.

6.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixas	4.090	4.816	6.061	6.281
Bancos	11.390	5.639	45.114	33.723
Meios de pagamento (a)	2.982	-	39.502	107
Aplicações financeiras	307.881	201.837	782.725	333.273
Total	326.343	212.292	873.402	373.384

(a) Meios de pagamento referem-se as carteiras digitais utilizadas em transações financeiras eletrônicas para recebimento de recursos nas operações de vendas de mercadorias que possuem liquidez imediata.

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Administradora de cartão de crédito (a)	840.994	976.195	1.413.651	1.509.515
Duplicatas a receber – atacado	7.775	8.430	183.443	192.897
Subtotal	848.769	984.625	1.597.094	1.702.412
Contas a receber – partes relacionadas (nota 25)	334.108	1.721.461	329.962	1.686.441
Subtotal	1.182.877	2.706.086	1.927.056	3.388.853
Provisão para perda esperada do contas a receber	-	(166)	(872)	(1.434)
Total	1.182.877	2.705.920	1.926.184	3.387.419

- (a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. A Companhia possui contratos que permitem a venda de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações são efetuadas sempre que a Companhia entende que tem a necessidade de caixa imediato. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha saldo de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito.

O valor das comissões sobre as operações de vendas de recebíveis realizadas ao longo do ano, sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 32 no montante de R\$ 16.669 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 419 em 31 de dezembro de 2022).

O saldo da rubrica “contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. Em 31 de dezembro de 2023, 73,4% dos recebíveis da Companhia são decorrentes de operações com cartão de crédito que correspondem ao montante total de R\$ 1.413.651 (R\$ 1.509.515 em 31 de dezembro de 2022).

As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(166)	-	(1.434)	-
Constituição	-	(2.104)	(5.154)	(2.299)
Reversões	-	-	4.049	-
Perda efetiva	-	-	1.485	-
Baixas	166	1.938	182	865
Total	-	(166)	(872)	(1.434)

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada abaixo:

	31/12/2023			
	Saldo contábil bruto 31/12/2023	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	25	100,00%	(25)	Sim
Recebíveis de atacado	183.418	0,46%	(847)	Não
Recebíveis de varejo	1.413.651	0,00%	-	Não
Total	1.597.094		(872)	

	31/12/2022			
	Saldo contábil bruto 31/12/2022	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	889	100,00%	(889)	Sim
Recebíveis de atacado	192.008	0,28%	(545)	Não
Recebíveis de varejo	1.509.515	0,00%	-	Não
Total	1.702.412		(1.434)	

A seguir apresentamos o aging list:

Aging	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos acima de 120 dias	224	265
Vencidos acima de 90 dias	74	18
Vencidos até 90 dias	74	4
Vencidos até 60 dias	18	237
Vencidos até 30 dias	1.535	1.336
À vencer até 30 dias	391.420	421.617
À vencer de 31 a 60 dias	180.510	197.545
À vencer de 61 a 90 dias	106.385	126.118
À vencer de 91 a 120 dias	72.866	76.545
À vencer de 121 a 180 dias	65.863	94.212
À vencer acima de 181 dias	29.800	66.728
Total	848.769	984.625

Aging	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos acima de 120 dias	7.456	1.256
Vencidos acima de 90 dias	916	1.247
Vencidos até 90 dias	1.001	466
Vencidos até 60 dias	1.224	6.372
Vencidos até 30 dias	4.361	8.349
À vencer até 30 dias	770.711	755.123
À vencer de 31 a 60 dias	318.513	339.970
À vencer de 61 a 90 dias	188.117	197.960
À vencer de 91 a 120 dias	121.480	119.594
À vencer de 121 a 180 dias	112.818	153.007
À vencer acima de 181 dias	70.497	119.068
Total	1.597.094	1.702.412

8. ESTOQUES

8.1 Política contábil

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda

estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda.

O ajuste ao valor realizável dos estoques da Companhia é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas.

Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo.

8.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria de revenda (lojas)	696.239	654.898	1.139.199	1.039.314
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	176.138	171.457	821.298	652.662
Importação em andamento	7.843	35.307	67.195	405.054
Almoxarifado	9.382	11.401	10.217	11.672
Subtotal	889.602	873.063	2.037.909	2.108.702
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(5.606)	(1.355)	(20.686)	(8.613)
Total	883.996	871.708	2.017.223	2.100.089

Movimentação das perdas nos valores realizáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(1.355)	(13.336)	(8.613)	(13.336)
Adição	(36.296)	(35.921)	(68.602)	(14.724)
Perdas efetivas nos estoques	32.045	47.902	56.529	35.487
Aquisição de controle Fisia - provisão para perdas	-	-	-	(16.040)
Saldo final	(5.606)	(1.355)	(20.686)	(8.613)

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil

A contratação e operação de *hedge* da Companhia está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (*hedge*).

As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de câmbio utilizados para <i>hedge</i> - Ativo	-	4.169
Contratos de câmbio utilizados para <i>hedge</i> - Passivo	(87.804)	(39.612)
Total	(87.804)	(35.443)

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* e não como investimentos especulativos.

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS (a)	123.754	132.074	365.102	444.959
PIS	14.406	15.923	19.743	29.244
COFINS	66.357	73.670	87.034	130.835
IRRF	28.280	20.586	30.989	10.443
INSS	3.753	3.555	10.731	10.178
ISS	-	454	-	585
Outros	17	-	68	-
Total	236.567	246.262	513.667	626.244
Circulante	141.708	154.652	337.026	489.821
Não circulante	94.859	91.610	176.641	136.423

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo dos créditos na Controladora e no Consolidado a serem utilizados era de R\$ 123.754 e R\$ 365.102 respectivamente, sendo que o saldo de créditos a ser utilizado em até 12 meses era de R\$ 57.472 da sua totalidade para a Controladora e 219.029 no Consolidado, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Utilização	
	Controladora	Consolidado
Até 12 meses	57.472	219.029
Acima de 12 meses	66.282	146.073
Total	123.754	365.102

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR – CONSOLIDADO

11.1 Política contábil

Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL sobre selic	-	77.271	30.764	77.297
IRPJ/CSLL	6.476	-	12.514	32.269
Total	6.476	77.271	43.278	109.566
Circulante	-	-	36.774	32.269
Não circulante	6.476	77.271	6.504	77.297

12. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Marketing à apropriar	-	-	37.728	26.984
Despesas antecipadas	16.128	12.899	32.169	35.014
Adiantamento para fornecedores	3.081	-	3.929	-
Adiantamento para fornecedores - partes relacionadas	20.557	8.321	20.558	7.436
Premios de seguros a apropriar	6.628	3.942	10.820	7.993
IPTU a apropriar	-	-	-	-
Adiantamento para colaboradores	1.618	1.399	2.093	1.200
Adiantamento para despachante aduaneiro	-	1.160	-	16.806
Outros valores a receber	274	441	1.364	11.514
Total	48.286	28.162	108.661	106.947
Circulante	47.962	27.841	104.439	88.039
Não circulante	324	321	4.222	18.908

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDOS

13.1 Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no

patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades da Companhia que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14.2.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro (IAS 12 – *Income taxes*) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

13.2 Composição

O saldo de impostos diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	149.794	150.264	-	-	149.794	150.264
Provisões gerais e contingências	60.535	60.535	-	-	60.535	60.535
Provisão para estoques	4.534	4.534	-	-	4.534	4.534
Provisão de bônus	14.593	14.593	-	-	14.593	14.593
Depreciação / arrendamento	310.118	375.532	(192.625)	(258.040)	117.493	117.493
Ágio	9.473	71.051	-	(61.577)	9.473	9.473
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	-	-	(93.660)	-	(93.660)	-
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	549.047	676.509	(286.285)	(319.617)	262.762	356.892
Montante passível de compensação	(286.285)	(319.617)	286.285	319.617	-	-
Imposto líquido ativos passivos	262.762	356.892	-	-	262.762	356.892

	Consolidado					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	370.101	372.373	-	-	370.101	372.373
Provisões gerais e contingências	122.420	132.895	(9.873)	(8.228)	112.547	124.667
Provisão para estoques	18.127	12.559	-	-	18.127	12.559
Provisão de bônus	20.616	14.593	-	-	20.616	14.593
Depreciação / arrendamento	330.444	385.457	(206.141)	(260.015)	124.303	125.442
Ágio	9.473	71.050	-	(61.577)	9.473	9.473
Mais valia - Fitdance	-	-	(1.142)	(1.493)	(1.142)	(1.493)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	-	-	(93.660)	-	(93.660)	-
Diferido sobre hedge	13.887	-	-	-	13.887	-
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	885.068	988.927	(310.816)	(331.313)	574.252	657.614
Montante passível de compensação	(299.801)	(321.592)	299.801	321.592	-	-
Imposto líquido ativos (passivos)	585.267	667.335	(11.015)	(9.721)	574.252	657.614

- (a) No 2º trimestre de 2023 foi proferida decisão judicial em favor da Companhia reconhecendo que a incidência do IRPJ e CSLL sobre créditos tributários só ocorre no momento da homologação da compensação e não do registro contábil do crédito. Diante disso, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras um crédito de impostos a recuperar no montante de R\$ 90.906, decorrente da tributação indevida pelo IRPJ e CSLL, por ter oferecido antecipadamente à tributação, o valor das compensações realizadas com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, apropriados em 2019. Em contrapartida ao crédito tributário reconhecido, a Companhia reconheceu um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 93.660, decorrente da expectativa de recolhimento do IRPJ e CSLL quando ocorrer a homologação das compensações realizadas. O efeito no resultado da Companhia é de R\$ 2.754.

Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido

As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo:

Prazo de projeção

O estudo preparado pela Companhia, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no exercício demonstrado no quadro abaixo, dado sua experiência e

capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a Companhia. Conforme política contábil adotada, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que espera-se que estejam disponíveis nos próximos 9 anos.

A previsão de realização dos impostos diferidos ativo consolidada está representada abaixo:

Ano	31/12/2023		
	Controladora "SBF Comércio"	Fisia	Consolidado
2024	-	19.404	19.404
2025	775	31.641	32.416
2026	13.245	44.379	57.624
2027	15.589	45.539	61.128
2028	24.310	43.542	67.852
2029	33.709	50.001	83.710
2030	50.919	63.351	114.270
2031	54.823	24.648	79.471
2032	69.392	-	69.392
	262.762	322.505	585.267

Taxa de crescimento da receita

Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio de 8% a.a.

Ganho de margem

Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas.

Análise de sensibilidade das premissas

O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 585.267. A Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 13,17% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios:

	2023									
	SBF Comércio		Lione		Fisia		Fit Dance		Consolidado	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	320.004	108.801	156.908	53.349	143.479	48.783	7.941	2.700	628.332	213.633
Despesas temporárias	101.460	34.496	4.563	1.551	-	-	-	-	106.023	36.048
Total	421.464	143.297	161.471	54.900	143.479	48.783	7.941	2.700	734.355	249.681

2022

	SBF Comércio		Lione		Consolidado	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	146.763	49.899	151.327	51.451	298.090	101.350
Despesas temporárias	80.018	27.206	6.013	2.044	86.030	29.250
Total	226.781	77.105	157.340	53.495	384.120	130.600

Os efeitos tributários dos ativos fiscais não reconhecidos são demonstrados por natureza abaixo:

Descrição	2023	
	Base	Efeito tributário
Prejuízo fiscal e base negativa	628.332	213.633
Provisões gerais e contingências	(365)	(124)
Provisão para estoques	(11.544)	(3.925)
Provisão de bônus	39.893	13.564
Mais valia - Fitdance	-	-
Depreciação / Arrendamento	105.902	36.006
Ágio	(27.863)	(9.473)
Imposto de renda diferido ativo	734.355	249.681

Movimento das diferenças temporárias

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 01/01/2023	Reconhecidos no resultado	Utilização Imposto	Saldo em 31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	150.264	-	(470)	149.794
Provisões gerais e contingências	60.535	-	-	60.535
Provisão para estoques	4.534	-	-	4.534
Provisão de bônus	14.593	-	-	14.593
Depreciação	117.493	-	-	117.493
Ágio	9.473	-	-	9.473
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	-	(93.660)	-	(93.660)
Imposto líquido ativo (passivo)	356.892	(93.660)	(470)	262.762

	Consolidado					
	Saldo em 01/01/2023	Reconhecidos no resultado	Mais Valia	Utilização Imposto	ORA	Saldo em 31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	372.373	(1.798)	-	(474)	-	370.101
Provisões gerais e contingências	124.667	(12.122)	-	-	-	112.545
Provisão para estoques	12.559	5.568	-	-	-	18.127
Provisão de bônus	14.593	6.023	-	-	-	20.616
Depreciação / arrendamento	125.442	(1.139)	-	-	-	124.303
Ágio	9.473	-	-	-	-	9.473
Mais valia - Fitdance	(1.493)	-	351	-	-	(1.142)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	-	(93.660)	-	-	-	(93.660)
Diferido sobre hedge	-	-	-	-	13.887	13.887
Imposto líquido ativo (passivo)	657.614	(97.128)	351	(474)	13.887	574.250

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	131.814	(26.436)	135.351	(44.295)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(44.817)	8.988	(46.019)	15.060
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(4.349)	(88.298)	(10.626)	(92.004)
Exclusões permanentes:				
Incentivo fiscal exercício corrente	53.802	54.112	102.531	56.108
Incentivo fiscal exercícios anteriores - redução de base (a)	-	-	67.942	-
Receitas não tributáveis	9.237	35.905	10.651	40.827
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	71.766	17.745	313	43
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(68.477)	6.545	(130.966)	(3.901)
Juros sobre capital próprio	(19.708)	31.569	-	63.138
Efeito IR sobre gratificação à administradores e royalties	260	-	260	-
PAT	-	-	-	(411)
Base isenta adicional IRPJ 10%	-	-	-	2
Outros	(468)	40	(377)	5.603
Imposto de renda e contribuição social	(2.754)	66.606	(6.291)	84.465
Corrente	90.906	5.720	90.837	24.654
Diferido	(93.660)	60.886	(97.128)	59.811
Alíquota efetiva	-2%	-252%	-5%	-191%

- (a) Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, a controlada Fisica passou a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023 a controlada Fisica reconheceu o montante retroativo aos últimos 5 anos no montante de R\$ 199.830. Esse reconhecimento ocorreu integralmente no exercício de 2023 e não afetou a apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de exercícios anteriores.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

14.1 Política contábil

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Provisões para riscos administrativos e judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

14.2 Composição

Depósitos judiciais

As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Reversões	
Depósitos judiciais (a)	79.044	33.024	-	(25.999)	86.069
Depósitos judiciais - Rendimentos	13.672	10.460	(129)	(5.827)	18.176
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.718	37	(528)	(275)	2.952
Total	96.434	43.521	(657)	(32.101)	107.197

	Consolidado				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Reversões	
Depósitos judiciais (a)	230.187	122.741	(3.744)	(26.470)	322.714
Depósitos judiciais - Rendimentos	50.570	33.147	(129)	(5.827)	77.761
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.722	47	(514)	(275)	2.980
Total	284.479	155.935	(4.387)	(32.572)	403.455

(a) Durante o exercício de 2022 foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Em relação a 2023, em montante inferior, também foram realizados depósitos diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do DIFAL. Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, as controladas da SBF Comércio, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pela Companhia.

As movimentações de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstradas no quadro abaixo:

Controladora

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	43.881	38.801	-	(3.638)	79.044
Depósitos judiciais - Rendimentos	7.239	7.036	(102)	(501)	13.672
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.921	997	(1.118)	(82)	3.718
Total	55.041	46.834	(1.220)	(4.221)	96.434

Consolidado							
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Reversões	Aquisição FitDance	Aquisição de controle Fisica	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	99.990	60.082	-	(3.643)	3	73.755	230.187
Depósitos judiciais - Rendimentos	33.686	13.644	(102)	(448)	-	3.790	50.570
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.921	997	(1.118)	(78)	-	-	3.722
Total	137.597	74.723	(1.220)	(4.169)	3	77.545	284.479

Provisões para riscos administrativos e judiciais

As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas no quadro abaixo:

Controladora					
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Cível / Consumidor (a)	4.968	6.927	(6.498)	(1.471)	3.926
Trabalhistas (b)	27.275	10.472	(11.267)	(2.888)	23.592
Tributário (c)	135.555	16.336	(1.560)	-	150.331
Total	167.798	33.735	(19.325)	(4.359)	177.849

Consolidado					
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Cível / Consumidor (a)	11.715	9.987	(9.679)	(6.874)	5.149
Trabalhistas (b)	29.890	11.152	(12.109)	(3.120)	25.813
Tributário (c)	455.645	53.651	(1.659)	(90)	507.547
Total	497.250	74.790	(23.447)	(10.084)	538.509

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para o Grupo ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os exercícios (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota).

As movimentações do saldo das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstradas no quadro abaixo:

Controladora					
	Saldo inicial em 01/01/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final em 31/12/2022
Cível / Consumidor (a)	5.038	6.096	(6.136)	(30)	4.968
Trabalhistas (b)	32.365	10.169	(8.160)	(7.099)	27.275
Tributário (c)	154.892	9.975	(28.689)	(623)	135.555
Total	192.295	26.240	(42.985)	(7.752)	167.798

Consolidado

	Saldo inicial em 01/01/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Aquisição de controle Fisica	Saldo final em 31/12/2022
Cível / Consumidor (a)	5.038	7.477	(1.829)	(508)	1.537	11.715
Trabalhistas (b)	32.365	10.169	(8.160)	(6.569)	2.085	29.890
Tributário (c)	167.056	10.375	(28.689)	(1.676)	308.579	455.645
Total	204.459	28.021	(38.678)	(8.753)	312.201	497.250

a. Processos de natureza cível / consumidor

São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo consolidado de R\$ 5.149 (R\$ 11.715 em 31 de dezembro de 2022) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor, provisionado. O montante não provisionado referente aos valores com chances de perda possível é de R\$ 76.549 (R\$ 52.631 em 31 de dezembro de 2022) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes e/ou jurisprudências.

b. Processos de natureza trabalhista

Tratam-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui R\$ 25.813 (R\$ 29.890 em 31 de dezembro de 2022) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 96.293 (R\$ 64.318 em 31 de dezembro de 2022) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes, e/ou jurisprudências.

c. Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2023, o total de débitos tributários que são classificados como perda provável, perfazem o montante de R\$ 507.547 (R\$ 455.645 em 31 de dezembro de 2022).

Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais hoje, são discutidos na esfera administrativa e judicial. Há outras discussões que envolvem ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal.

Além disso, diante do julgamento desfavorável do STF nas ADIs 7066, 7078 e 7070 que tratam sobre a possibilidade de cobrança de diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL) em 2022, houve alteração do prognóstico de perda dos processos e, conseqüente, provisionamento dos valores que não foram declarados e recolhidos no montante de R\$ 17.725.

Passivos contingentes

Processos federais

Os processos federais em que as empresas da Companhia figuram no polo passivo e ativo consolidados (com eventuais chances de contingência), estão classificados como perda possível no montante de R\$

811.269 (R\$ 401.437 em 31 de dezembro de 2022), conforme avaliação dos advogados, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto				
FGTS (a)	101.209	95.932	101.209	95.932
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL (b)	179.804	54.966	181.409	56.504
IRPJ e CSLL (c)	123.931	110.724	124.055	110.843
PIS / COFINS (d)	218.211	2.152	245.173	26.727
IOF (e)	8.781	8.072	8.781	8.072
INSS (f)	144.038	95.627	144.417	95.968
Outros (g)	2.020	1.881	6.225	7.391
Total	777.994	369.354	811.269	401.437

Abertura dos saldos consolidados:

- (a) **FGTS** - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R\$ 101.209 (R\$ 95.932 em 31 de dezembro de 2022).
- (b) **PIS, COFINS, IRPJ e CSLL** - Existe também a discussão no montante de R\$ 63.287 (R\$ 54.965 em 31 de dezembro de 2022) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB e R\$ 116.516 por débitos incluídos no programa especial de regularização tributária. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 1.606 (R\$ 1.539 em 31 de dezembro de 2022) referente à multa agravada.
- (c) **IRPJ e CSLL** - A Companhia discute o montante de R\$ 41.183 (R\$ 36.361 em 31 de dezembro de 2022), sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011, a título de incentivos fiscais e dos ajustes de estoque, ocorridos nos períodos de 2009 e 2010, além de discussões referentes a compensações não homologadas, entre outros. Discute também o montante de R\$ 81.255 (R\$ 74.482 em 31 de dezembro de 2022), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais, além de discussões no montante de R\$ 1.617 acerca do pagamento de IRRF, cujas compensações não foram homologadas.
- (d) **PIS/COFINS** - Discute-se o montante de R\$ 29.313 (R\$ 26.727 em 31 de dezembro de 2022) acerca de compensações não homologadas realizadas nos períodos entre 2008, 2012 a 2017, em razão de supostas divergências nas declarações e R\$ 215.860 referente a discussão da tese da ação rescisória contra ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.

Ainda, em relação à operação da Companhia, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 69.891 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 33.393 em 31 de dezembro de 2022) (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais).

- (e) **IOF** - Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico no montante de R\$ 8.781 (R\$ 8.072 em 31 de dezembro de 2022), do período de 2014 e 2015.

- (f) **INSS** - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R\$ 3.127 (R\$ 2.880 em 31 de dezembro de 2022). Discute-se ainda o montante de R\$ 141.290 (R\$ 93.088 em 31 de dezembro de 2022), referentes à compensações não homologadas e multa, relativos a créditos de verbas previdenciárias de 2013 a 2022.
- (g) **Outros** - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedidos de compensação, entre outras discussões, que perfazem o montante de R\$ 6.225 (R\$ 7.391 em 31 de dezembro de 2022).

Processos estaduais

A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados.

Além dos valores já provisionados, acima mencionados, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 17% (19,4% em 31 de dezembro de 2022) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos para cobrança de Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL), cujos débitos estão garantidos através de depósitos judiciais em ações ativas e de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 342.573 (R\$ 359.364 em 31 de dezembro de 2022), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis.

Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia, considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual.

Processos municipais

A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 329 (R\$ 318 em 31 de dezembro de 2022), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema – MG para os períodos de 2014 a 2016.

15. INVESTIMENTOS

15.1 Política contábil

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a

Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado no mínimo anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(ii) Controladas

As controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas

são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

As coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas intercompanhia, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intercompanhia, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(v) Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas.

15.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Lione Comércio	5.457	3.055
Fitdance	6.012	13.236
Fisia	1.483.597	1.332.891
Total	1.495.066	1.349.182

	31/12/2023			
Conciliação de valor Contábil	Participação no PL	Ágio / mais valia	Lucro intercompany	Saldo em 31/12/2023
Lione	5.457	-	-	5.457
Fitdance	(3.591)	9.603	-	6.012
Fisia	1.556.168	(27.750)	(44.821)	1.483.597
Total	1.558.034	(18.147)	(44.821)	1.495.066

Apresentamos abaixo as movimentações dos investimentos em controladas:

Controladas	Participação	31/12/2023							
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro intercompany	Lucro (Prejuízo)	Equivalência
Lione Comércio	100%	109.710	104.254	5.456	-	5.457	-	582	582
Fitdance	100%	10.124	13.715	(3.591)	-	(3.591)	-	(7.941)	(7.941)
Fisia	100%	4.002.866	2.446.698	1.556.168	(44.821)	1.511.347	(44.821)	267.328	222.507
Total		4.122.700	2.564.667	1.558.033	(44.821)	1.513.213	(44.821)	259.969	215.148

Movimentação investimento	31/12/2023							
	Saldo em 01/01/2023	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Juros sobre capital próprio	Contribuição de capital	Amortização PPA	Equivalência	Saldo em 31/12/2023
Lione Comércio	3.055	1.820	-	-	-	-	582	5.457
Fitdance	13.236	1.000	-	-	-	(283)	(7.941)	6.012
Fisia	1.332.891	-	(11.801)	(57.964)	2.422	(4.458)	222.507	1.483.597
Total	1.349.182	2.820	(11.801)	(57.964)	2.422	(4.741)	215.148	1.495.066

Controladas	Participação	31/12/2022						
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Equivalência	
Lione Comércio	100%	104.180	101.125	3.055	3.055	(9.501)	(9.501)	
Fitdance	100%	5.010	1.660	3.350	3.350	(3.787)	(3.787)	
Fisia	100%	3.481.471	2.124.616	1.356.855	1.356.855	65.148	65.148	
Total		3.590.661	2.227.401	1.363.260	1.363.260	51.860	51.860	

Movimentação investimento	31/12/2022							
	Saldo em 01/01/2022	Aquisições	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Amortização PPA	Juros sobre capital próprio	Equivalência	Saldo em 31/12/2022
Lione Comércio	12.556	-	-	-	-	-	(9.501)	3.055
Fitdance	-	9.886	7.000	-	137	-	(3.787)	13.236
Fisia	-	1.342.710	-	18.001	(118)	(92.850)	65.148	1.332.891
Total	12.556	1.352.596	7.000	18.001	19	(92.850)	51.860	1.349.182

16. IMOBILIZADO

16.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas da Companhia são as seguintes:

Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Durante o exercício de 2023, a vida útil estimada de certos itens do ativo imobilizado da Companhia, foi reavaliada, tomando como base laudo de reavaliação de vida útil, contratado com empresa independente e especializada. O efeito líquido da mudança de estimativa contábil com impacto no exercício corrente é de uma diminuição na despesa de depreciação de R\$ 14.999. Assumindo que tais ativos serão mantidos até o final de suas vidas úteis estimadas, a despesa de depreciação dos anos seguintes em relação a esses ativos será diminuída (acrescida) pelos seguintes montantes:

	Consolidado
2024	(14.966)
2025	(12.923)
2026	(9.847)
2027	(7.098)
2028	1.654
2029	10.222
2030	15.930
2031	13.252
2032	8.874

Impairment

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

16.2 Composição

	Controladora				
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	20	176.632	(131.343)	45.289	53.691
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	59.641	(43.310)	16.331	15.592
Móveis e utensílios	8	217.736	(112.534)	105.202	112.622
Veículos	20	135	(135)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	738.041	(517.087)	220.954	227.020
Imobilizado em andamento	(a)	-	-	-	3.541
Total		1.192.185	(804.409)	387.776	412.466

	Consolidado				
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	20	220.575	(158.042)	62.533	66.815
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	70.963	(46.790)	24.173	18.846
Móveis e utensílios	8	307.967	(145.192)	162.775	138.267
Veículos	20	135	(135)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	918.627	(583.606)	335.021	305.910
Imobilizado em andamento	(a)	173	-	173	18.342
Total		1.518.440	(933.765)	584.675	548.180

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Computadores e periféricos	168.568	3.062	(722)	5.724	176.632
Máquinas, equipamentos e ferramentas	58.530	214	(2.549)	3.446	59.641
Móveis e utensílios	214.345	188	(3.455)	6.658	217.736
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	729.378	1.263	(16.790)	24.190	738.041
Imobilizado em andamento (a)	3.541	36.477	-	(40.018)	-
Custo do imobilizado	1.174.497	41.204	(23.516)	-	1.192.185
Computadores e periféricos	(114.877)	(17.167)	701	-	(131.343)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(42.938)	(2.851)	2.479	-	(43.310)
Móveis e utensílios	(101.723)	(13.989)	3.178	-	(112.534)
Veículos	(135)	-	-	-	(135)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(502.358)	(31.128)	16.399	-	(517.087)
Depreciação	(762.031)	(65.135)	22.757	-	(804.409)
Total do imobilizado líquido	412.466	(23.931)	(759)	-	387.776

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Computadores e periféricos	204.939	3.174	(792)	13.254	220.575
Máquinas, equipamentos e ferramentas	64.714	441	(2.586)	8.394	70.963
Móveis e utensílios	268.472	257	(4.087)	43.325	307.967
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	864.862	1.800	(17.671)	69.636	918.627
Imobilizado em andamento (a)	18.342	116.440	-	(134.609)	173
Custo do imobilizado	1.421.464	122.112	(25.136)	-	1.518.440
Computadores e periféricos	(138.124)	(20.686)	768	-	(158.042)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(45.868)	(3.438)	2.516	-	(46.790)
Móveis e utensílios	(130.205)	(18.450)	3.463	-	(145.192)
Veículos	(135)	-	-	-	(135)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(558.952)	(41.934)	17.280	-	(583.606)
Depreciação	(873.284)	(84.508)	24.027	-	(933.765)
Total do imobilizado líquido	548.180	37.604	(1.109)	-	584.675

- (a) O saldo de imobilizado em andamento refere-se aos projetos de novas lojas, lojas que estão sendo reformadas e abertura do novo centro de distribuição Fisia. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis à medida que as obras se encerram e as lojas/CD são inaugurados.

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rúbricas	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	150.084	15.300	(469)	3.653	168.568
Máquinas, equipamentos e ferramentas	56.155	2.294	(369)	450	58.530
Móveis e utensílios	197.824	8.655	(3.425)	11.291	214.345
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	686.346	21.080	(8.229)	30.181	729.378
Imobilizado em andamento (a)	-	49.116	-	(45.575)	3.541
Custo do imobilizado	1.090.544	96.445	(12.492)	-	1.174.497
Computadores e periféricos	(99.876)	(15.316)	315	-	(114.877)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(40.648)	(3.146)	856	-	(42.938)
Móveis e utensílios	(88.374)	(16.217)	2.868	-	(101.723)
Veículos	(135)	-	-	-	(135)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(469.513)	(38.699)	5.854	-	(502.358)
Depreciação	(698.546)	(73.378)	9.893	-	(762.031)
Total do imobilizado líquido	391.998	23.067	(2.599)	-	412.466

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências entre rúbricas	Aquisição Fitdance	Aquisição controle Fisia	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	150.084	15.655	(468)	12.616	50	27.002	204.939
Máquinas, equipamentos e ferramentas	56.155	2.423	(376)	2.580	65	3.867	64.714
Móveis e utensílios	197.824	8.706	(3.426)	25.479	3	39.886	268.472
Veículos	135	-	-	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	686.346	23.125	(8.344)	68.559	-	95.176	864.862
Imobilizado em andamento	-	93.473	-	(109.234)	-	34.103	18.342
Custo do imobilizado	1.090.544	143.382	(12.614)	-	118	200.034	1.421.464
Computadores e periféricos	(99.876)	(15.338)	289	-	-	(23.199)	(138.124)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(40.648)	(8.209)	5.884	-	-	(2.895)	(45.868)
Móveis e utensílios	(88.374)	(15.928)	2.868	-	-	(28.771)	(130.205)
Veículos	(135)	-	-	-	-	-	(135)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(469.513)	(38.298)	5.854	-	-	(56.995)	(558.952)
Depreciação	(698.546)	(77.773)	14.895	-	-	(111.860)	(873.284)
Total do imobilizado líquido	391.998	65.609	2.281	-	118	88.174	548.180

17. INTANGÍVEL

17.1 Política contábil

Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação seja transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida



pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio é testado para impairment anualmente em 30 de setembro e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável.

O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC ou grupo de UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Contrato de distribuição

O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike, mensurados na avaliação dos valores



justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Física. Com esta aquisição, a Companhia celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva.

Fundo de comércio

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares	5 anos
Marcas direito e patente	10 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

17.2 Composição

	Controladora				
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de comércio	Conforme contrato	13.805	(12.028)	1.777	2.926
Softwares	20	536.841	(285.934)	250.907	247.835
Marcas e patentes	10	43	(43)	-	-
Software em andamento	-	82	-	82	171
		550.771	(298.005)	252.766	250.932

	Consolidado				
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(12.667)	5.587	7.301
Softwares	20	624.914	(300.643)	324.271	267.270
Marcas e patentes	10	2.039	(43)	1.996	1.996
Software em andamento	-	82	-	82	471
Contrato de distribuição	10	164.821	(50.820)	114.001	130.483
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	6.689	-	6.689	6.689
Carteira de clientes	-	2.016	(705)	1.311	1.714
		818.815	(364.878)	453.937	415.924

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Controladora					
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Fundo de comércio	14.053	-	(248)	-	13.805
Softwares	468.219	2.364	(21.002)	87.260	536.841
Marcas e patentes	43	-	-	-	43
Software em andamento	171	87.171	-	(87.260)	82
Custo do intangível	482.486	89.535	(21.250)	-	550.771
Fundo de comércio	(11.127)	(1.149)	248	-	(12.028)
Softwares	(220.384)	(68.351)	2.801	-	(285.934)
Marcas e patentes	(43)	-	-	-	(43)
Amortização	(231.554)	(69.500)	3.049	-	(298.005)
Total do intangível líquido	250.932	20.035	(18.201)	-	252.766

Consolidado					
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Fundo de comércio	18.502	-	(248)	-	18.254
Software	496.650	6.197	(2.802)	124.869	624.914
Marcas direito e patente	2.039	-	-	-	2.039
Software em andamento	471	124.480	-	(124.869)	82
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	164.821
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.689	-	-	-	6.689
Carteira de clientes	2.016	-	-	-	2.016
Custo do intangível	691.188	130.677	(3.050)	-	818.815
Fundo de comércio	(11.201)	(1.714)	248	-	(12.667)
Software	(229.380)	(74.064)	2.801	-	(300.643)
Marcas direito e patente	(43)	-	-	-	(43)
Contrato de distribuição	(34.338)	(16.482)	-	-	(50.820)
Carteira de clientes	(302)	(403)	-	-	(705)
Amortização	(275.264)	(92.663)	3.049	-	(364.878)
Total do intangível líquido	415.924	38.014	(1)	-	453.937

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Controladora					
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022	
Fundo de comércio	16.058	-	(2.005)	14.053	
Softwares	354.702	113.519	(2)	468.219	
Marcas e patentes	43	-	-	43	
Software em andamento	-	171	-	171	
Custo do intangível	370.803	113.690	(2.007)	482.486	
Fundo de comércio	(11.984)	(1.149)	2.006	(11.127)	
Softwares	(164.314)	(56.071)	1	(220.384)	
Marcas e patentes	(43)	-	-	(43)	
Amortização	(176.341)	(57.220)	2.007	(231.554)	
Total do intangível líquido	194.462	56.470	-	250.932	

Consolidado

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências	Aquisição FitDance	Aquisição controle Fisia	Saldo em 31/12/2022
Fundo de comércio	16.058	-	(2.006)	1.200	-	3.250	18.502
Software	354.702	126.230	(2)	3.505	1.153	11.062	496.650
Marcas direito e patente	43	-	-	-	1.996	-	2.039
Software em andamento	-	1.473	-	(4.705)	-	3.703	471
Contrato de distribuição	-	-	-	-	-	164.821	164.821
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	-	(3)	-	6.692	-	6.689
Carteira de clientes	-	-	-	-	2.016	-	2.016
Custo do intangível	370.803	127.703	(2.011)	-	11.857	182.836	691.188
Fundo de comércio	(11.984)	(1.169)	2.006	-	-	(54)	(11.201)
Software	(164.314)	(56.428)	2	-	-	(8.640)	(229.380)
Marcas direito e patente	(43)	-	-	-	-	-	(43)
Contrato de distribuição	-	(1.374)	-	-	-	(32.964)	(34.338)
Carteira de clientes	-	(302)	-	-	-	-	(302)
Amortização	(176.341)	(59.273)	2.008	-	-	(41.658)	(275.264)
Total do intangível líquido	194.462	68.430	(3)	-	11.857	141.178	415.924

Composição do ágio

O ágio identificado nas aquisições, é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs); Segue um resumo da alocação do ágio por nível de UGC:

	31/12/2023
Fitdance	6.689
Total	6.689

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos.

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

18.1 Política contábil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.



O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

Pagamentos de arrendamentos variáveis

Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive



minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

18.2 Composição

A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

Quantidade contratos	Controladora	Consolidado
Centros de distribuição	4	5
Edifícios administrativos	2	4
Lojas	221	248
Total	227	257

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.293.390	1.397.320
(+) Novos contratos e remensuração	80.449	205.274
(-) Depreciação	(192.323)	(224.597)
(-) Baixas de contratos	(59.252)	(59.252)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.122.264	1.318.745

A movimentação do ativo de direito de uso, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.260.620	1.260.620
(+) Novos contratos e remensuração	198.835	198.592
(-) Depreciação	(166.065)	(166.640)
Aquisição de controle Fisia	-	104.748
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.293.390	1.397.320

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2023	1.489.084	1.603.956
(+) Novos contratos e remensuração	80.449	205.274
(+) Apropriação juros incorridos	115.179	131.813
(-) Pagamentos	(267.234)	(304.543)
(-) Descontos obtidos	(2.259)	(2.259)
(-) Baixas de contratos	(66.690)	(66.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.348.529	1.567.551
Circulante	146.692	172.827
Não circulante	1.201.837	1.394.724

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2022	1.416.102	1.416.102
(+) Novos contratos e remensuração	198.834	198.591
(+) Apropriação juros incorridos	122.894	123.004
(-) Pagamentos	(238.653)	(239.582)
(-) Descontos obtidos	(10.093)	(10.093)
Aquisição de controle Fisia	-	115.934
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.489.084	1.603.956
Circulante	236.942	269.173
Não circulante	1.252.142	1.334.783

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	146.692	172.827
Entre 1 e 5 anos	634.390	776.127
Mais de 5 anos	567.447	618.597
Companhia como arrendatário	1.348.529	1.567.551

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	236.942	269.173
Entre 1 e 5 anos	643.036	862.491
Mais de 5 anos	609.106	472.292
Companhia como arrendatário	1.489.084	1.603.956

c. Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 126.004 (R\$ 59.394 em 31 de dezembro de 2022) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme Nota 31 – despesas de ocupação e descontos sobre arrendamento.

d. Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	Controladora				
	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	146.692	164.165	160.003	164.586	713.083
Fluxo com projeção de inflação	153.250	170.568	165.603	170.346	738.042
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	1.122.264	904.061	736.813	587.686	534.578
Fluxo com projeção de inflação	1.172.429	939.319	762.602	608.255	553.288
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	115.179	102.818	88.358	74.376	100.097
Fluxo com projeção de inflação	120.327	106.827	91.451	76.979	103.600
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	192.323	179.231	163.842	149.333	437.534
Fluxo com projeção de inflação	200.920	186.221	169.577	154.559	452.848
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%

	Consolidado				
	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	172.827	193.923	192.634	197.700	810.467
Fluxo com projeção de inflação	180.552	201.486	199.376	204.619	838.509
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	1.318.745	1.073.631	874.976	694.443	611.806
Fluxo com projeção de inflação	1.377.694	1.115.502	905.601	718.748	633.219
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	131.813	120.715	103.866	87.308	112.824
Fluxo com projeção de inflação	137.703	125.423	107.502	90.365	116.773
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (r2)	224.597	211.749	195.249	180.303	506.847
Fluxo com projeção de inflação	234.635	220.007	202.083	186.619	524.586
Variação	4,47%	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%



19. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO

19.1 Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

19.2 Composição

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de mercadorias para revenda	482.475	481.797	955.202	1.182.080
Fornecedores de materiais de consumo	90.681	131.424	130.612	226.180
Subtotal	573.156	613.221	1.085.814	1.408.260
Fornecedores de mercadorias – partes relacionadas (nota 25)	394.475	1.779.718	211.556	1.571.528
Subtotal	967.631	2.392.939	1.297.370	2.979.788
Operações de "risco sacado"	62.596	138.171	62.596	138.171
Subtotal	62.596	138.171	62.596	138.171
Total	1.030.227	2.531.110	1.359.966	3.117.959

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

20.1 Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo



amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

20.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante				
Capital de giro	1.129	77.043	24.404	77.232
Financiamento de bens	4.306	8.850	4.306	8.850
Empréstimos e financiamentos	5.435	85.893	28.710	86.082
Debêntures	188.672	191.836	595.294	191.836
Total passivo circulante	194.107	277.729	624.004	277.918
Passivo não circulante				
Capital de giro	184	77.727	172.048	77.808
Financiamento de bens	396	4.188	396	4.188
Empréstimos e financiamentos	580	81.915	172.444	81.996
Debêntures	598.604	773.647	801.052	773.647
Total passivo não circulante	599.184	855.562	973.496	855.643
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	793.291	1.133.291	1.597.500	1.133.561

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

	Controladora						31/12/2023
	01/01/2023	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	
Capital de giro	154.770	-	(154.537)	(20.321)	20.224	1.177	1.313
Financiamento de bens	13.038	-	(8.303)	(2.509)	2.406	70	4.702
Empréstimos e financiamentos	167.808	-	(162.840)	(22.830)	22.630	1.247	6.015
Debêntures	965.483	-	(176.666)	(132.939)	128.934	2.464	787.276
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	1.133.291	-	(339.506)	(155.769)	151.564	3.711	793.291

	Consolidado						31/12/2023
	01/01/2023	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	
Capital de giro (a)	155.040	194.248	(154.784)	(31.490)	31.598	1.839	196.451
Financiamento de bens	13.038	-	(8.303)	(2.509)	2.405	71	4.702
Empréstimos e financiamentos	168.078	194.248	(163.087)	(33.999)	34.003	1.910	201.153
Debêntures (a)	965.483	586.848	(176.666)	(170.013)	184.664	6.031	1.396.347
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	1.133.561	781.096	(339.753)	(204.012)	218.667	7.941	1.597.500

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora						
	01/01/2022	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	31/12/2022
Capital de giro	276.185	-	(122.135)	(33.657)	32.746	1.631	154.770
Financiamento de bens	18.808	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	-	13.038
Empréstimos e financiamentos	294.993	2.536	(130.440)	(36.206)	35.294	1.631	167.808
Debêntures	528.785	496.133	(76.667)	(109.648)	124.052	2.828	965.483
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	823.778	498.669	(207.107)	(145.854)	159.346	4.459	1.133.291

	Consolidado							
	01/01/2022	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	Aquisição Fidance	31/12/2022
Capital de giro	276.185	-	(122.296)	(33.679)	32.799	1.631	400	155.040
Financiamento de bens	18.808	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	-	-	13.038
Empréstimos e financiamentos	294.993	2.536	(130.601)	(36.228)	35.347	1.631	400	168.078
Debêntures	528.785	496.133	(76.667)	(109.648)	124.052	2.828	-	965.483
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	823.778	498.669	(207.268)	(145.876)	159.399	4.459	400	1.133.561

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 60,94% (75,48% em 31 de dezembro de 2022) de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em CDI + 2,14% a.a em 2023 (1,47% em 31 de dezembro de 2022).

Termos e condições dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto são os seguintes:

Controladora - 2023					
	Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro	R\$	105% CDI a.a	4.519	1.129	184
Financiamento de bens	R\$	100% CDI + 5,79%a.a a 100% CDI +7,31%a.a	20.161	4.306	396
Empréstimos e financiamentos			24.680	5.435	580
Debêntures	R\$	100% CDI + 2,45 % anual	1.030.000	188.672	598.604
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures			1.054.680	194.107	599.184

Consolidado - 2023					
	Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro (a)	R\$	105% CDI a.a - 100% CDI + 4,29%a.a	205.119	24.404	172.048
Financiamento de bens	R\$	100% CDI + 5,79%a.a a 100% CDI +7,31%a.a	20.161	4.306	396
Empréstimos e financiamentos			225.280	28.710	172.444
Debêntures	R\$	100% CDI + 2,25 %a.a	1.624.000	595.294	801.052
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures			1.849.280	624.004	973.496

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 60,94% (75,48% em 31 de dezembro de 2022) de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 14,04% em 31 de dezembro de 2023 (14,87% em 31 de dezembro de 2022).

Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as

quais a Companhia vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas informações financeiras.

Sob os termos das principais linhas de crédito, a Companhia é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

i) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA).

A Companhia cumpriu com esses covenants durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2023, a proporção da dívida líquida em relação EBITDA foi de 0,77x (em 31 de dezembro de 2022 - 0,4x).

Resumo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme vencimento:

	Controladora				
	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	1.129	184	-	-	1.313
Financiamento de bens	4.306	396	-	-	4.702
Empréstimos e financiamentos	5.435	580	-	-	6.015
Debêntures	188.672	265.797	166.246	166.561	787.276
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	194.107	266.377	166.246	166.561	793.291

	Consolidado				
	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	24.404	48.662	48.979	74.406	196.451
Financiamento de bens	4.306	396	-	-	4.702
Empréstimos e financiamentos	28.710	49.058	48.979	74.406	201.153
Debêntures	595.294	389.894	244.596	166.563	1.396.347
Total	624.004	438.952	293.575	240.969	1.597.500

(a) Captações ocorridas durante o ano:

Em 15 de março 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 320.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 1,60% ao ano e pagamento do principal em uma única parcela, em 27 de março de 2024, e o pagamento dos juros no período de 6 em 6 meses, iniciado em setembro de 2023 e março de 2024.

Em 05 de maio 2023, com o mesmo propósito, o Grupo contratou com instituição financeira a 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória, para colocação privada no valor total de R\$ 100.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondente a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 2,45% ao ano, tendo a amortização do seu principal em parcelas mensais iniciadas em maio de 2024, e o pagamento mensal dos juros no período de junho de 2023 até maio de 2026.

Em 25 de maio 2023, com o mesmo propósito e característica, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 2ª emissão de debêntures simples, no valor total de R\$ 74.000, sujeitas ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do DI acrescida de spread ou sobretaxa de 2,45% ao ano, tendo a amortização mensal do seu principal em parcelas mensais de iniciadas em julho de 2024, tendo seu vencimento final em junho de 2026, e o pagamento mensal dos juros no período de julho de 2023 até junho de 2026.



Em 14 de julho de 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia por meio da sua controlada Fisia contratou com o Banco do Brasil S.A. a distribuição da 1ª emissão de cédula de crédito bancário, no valor total de R\$ 200.000 com o primeiro pagamento em julho de 2024 e o último vencimento em julho de 2026.

Em 24 de julho de 2023, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia por meio de sua controlada Fisia, contratou com o banco Votorantim S.A. a distribuição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 100.000 com prazo de vencimento de 24 de julho de 2026.

O custo de captação dos contratos mencionados acima é de R\$ 12.905.

Contrato de prestação de garantia

Em 10 de maio de 2023, a Companhia celebrou com o Banco Santander (Brasil) S.A. contrato de prestação de garantia no montante de USD 28.500 que conta com a Grupo SBF S.A., controladora indireta da Companhia, como devedora solidária ("Contrato de Garantia"), No âmbito do Contrato de Garantia incide comissão de 0,9% ao ano. O Contrato de Garantia deverá ser pago em uma parcela única com vencimento em 7 de maio de 2024.

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS	5.007	9.787	5.053	11.140
COFINS	23.081	-	23.291	31
ICMS	94.109	66.305	304.960	174.026
ISS	1.996	1.051	3.357	2.094
IRRF	10.852	183	12.848	784
IPI	131	-	180	221
Outros	2.465	918	3.250	1.109
Passivo circulante	137.641	78.244	352.939	189.405

22. IMPOSTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamentos de tributos Estaduais	12.679	16.405	12.753	16.621
Parcelamentos de tributos Federais	2.754	18.886	80.846	92.987
Total impostos parcelados	15.433	35.291	93.599	109.608
Passivo circulante	7.253	23.632	29.203	44.327
Passivo não circulante	8.180	11.659	64.396	65.281

As movimentações dos impostos parcelados consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas no quadro a seguir:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	109.608	146.808
Adesão dos impostos Estaduais	6.138	1.192
Adesão dos impostos Federais	-	131
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	8.082	5.130
Parcelas pagas	(30.229)	(43.653)
Saldo em 31 de dezembro	93.599	109.608

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

23.1 Política contábil

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

23.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de férias	58.022	58.413	68.945	66.040
Provisões para participação nos lucros	42.682	56.296	48.346	71.563
Salários a pagar	21.033	22.581	24.269	24.792
Obrigações com pessoal a pagar	1.255	1.450	1.647	1.557
Contribuições a recolher	54	149	73	212
Pensão alimentícia	79	109	94	133
Obrigações trabalhistas	123.125	138.998	143.374	164.297
INSS a recolher	15.739	16.898	18.076	18.683
FGTS a recolher	4.072	5.157	4.864	5.726
INSS retido a recolher	1.550	1.105	2.280	1.837
Obrigações previdenciárias	21.361	23.160	25.220	26.246
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	144.486	162.158	168.594	190.543

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

24.1 Política contábil

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

Juros sobre capital próprio

O juros sobre capital próprio é realizado com base na aprovação da administração da Companhia, em reunião junto ao Conselho de Administração, o qual, a distribuição a seus acionistas é calculada com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP).

a) Dividendos a pagar – Consolidado

Em 31 de dezembro de 2023, foram apurados R\$ 52.000 de dividendos a pagar. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	129.060	40.170
(-) Reserva legal - 5%	(6.453)	(2.008)
(-) Reserva incentivos fiscais	(20.363)	(38.162)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	102.244	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	25.561	-

A movimentação dos dividendos à pagar, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro	235.756	-
Dividendos propostos ao Grupo SBF - 2022	-	202.924
Dividendos intermediários ao Grupo SBF - 2022	-	239.283
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(88.236)	(206.451)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2023	25.561	-
Saldo em 31 de dezembro	173.081	235.756

b) Juros sobre capital próprio - Controladora

A partir de 01 de dezembro de 2022 a Fisia passou a ser controlada pela SBF Comércio, por meio de cessão das quotas do Grupo SBF. Após a mudança de controle, a Fisia deliberou juros sobre capital próprio a pagar para sua controladora SBF Comércio com base no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023. O saldo a pagar está demonstrado abaixo:

Juros sobre capital próprio	
Juros sobre capital próprio aprovado em 28/12/2022	92.849
IRRF sobre JCP	(13.927)
Recebimento de juros sobre capital próprio	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.922
Recebimento de juros sobre capital próprio	(75.922)
Juros sobre capital próprio aprovado em 31/03/2023	17.093
IRRF sobre JCP	(2.564)
Recebimento de juros sobre capital próprio	(14.529)
Juros sobre capital próprio aprovado em 10/08/2023	40.871
IRRF sobre JCP	(6.131)
Recebimento de juros sobre capital próprio	(34.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

Operações de venda de mercadorias e fretes - As empresas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e venda com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil e abastecimento do mercado atacado dos produtos NIKE, sem distinção das demais empresas do mercado brasileiro. A controlada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo SBF. Essa operação está suportada por um contrato assinado, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Além da operação de frete, há um contrato de operação de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral da SBF Comércio em que, no intuito de gerar sinergia, está assinado entre SBF e Fisia para a prestação de tais serviços também por prazo indeterminado.

Aluguéis - A SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para a empresa VBLOG, do armazém localizado em Extrema - MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados.

A controlada VBLOG, que atua como operadora logística, efetua uma operação de sublocação para as empresas SBF Comércio e Fisia do armazém localizado em Extrema - MG, local que realiza parte das operações em Minas Gerais, como suas importações, triagem de mercadorias, dentre outras.

Rateio administrativo - As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas.

Serviços audiovisuais - A controlada FitDance e as partes relacionadas Network e NeoTV possuem contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança.

Marketplace - A Companhia SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas da controlada Fisia (distribuição de produtos Nike). As vendas incidem uma taxa de take rate, porcentagem cobrada sobre cada transação de produto vendido.

Mútuos - Os mútuos referem-se às transações de empréstimos com empresa relacionada Fisia, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

25.2 Composição

Controladora

Os valores de contas a receber da Nota 7 e fornecedores da Nota 19, referente às operações descritas acima, estão discriminados no quadro a seguir:



Controladora	Contas a receber		Fornecedores	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Premier	285.598	1.660.271	183.748	1.551.508
Vblog Logística	9.683	26.059	26.376	20.020
Grupo SBF SA	10	-	-	-
Fisia	38.817	35.019	184.351	208.190
Network	-	112	-	-
Total	334.108	1.721.461	394.475	1.779.718

Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente entre empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, estão apresentados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas - outras contas a pagar				
Grupo SBF SA	3.362	-	14.780	30.485
VBLOG	-	14.175	-	16.564
Fitdance	-	-	-	367
Fisia	-	-	35.421	-
Total	3.362	14.175	50.201	47.416

	Adiantamento a fornecedores	
	31/12/2023	31/12/2022
Premier	4.200	6.610
VBLOG	16.358	-
Total	20.558	6.610

Transações comerciais

A SBF Comércio realiza operações com as empresas pertencentes ao mesmo Grupo econômico, sendo:

Operações compra e venda de mercadorias - As empresas SBF Comércio e Premier efetuam operações de compra e venda entre si, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A Companhia aplica a margem com valor de mercado na operação de venda. Em relação ao valor apresentado abaixo com a rubrica de custo de mercadoria vendida, a mesma inclui o custo das vendas, bem como a margem recebida na venda da contraparte.

Operações de frete - A empresa VBLOG Logística é responsável pelo transporte destas mercadorias e, também, efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete para as demais empresas do Grupo. Esta operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF Comércio e a VBLOG, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes.

Serviços audiovisuais - A controlada FitDance possui contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança.

Compras de mercadorias - A Companhia também efetua operações de compra com a empresa Fisia Comércio. Estas transações seguem o padrão de abastecimento do mercado atacado dos produtos NIKE, sem distinção das demais empresas do mercado brasileiro.

Aluguéis - A SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as empresas VBLOG Logística e Store Engenharia, do armazém localizado em Extrema - MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados.

Rateio administrativo - A empresa SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier Distribuidora, VBLOG Logística, Lione Comércio de Artigos Esportivos, Fisia Comércio de Produtos e Grupo SBF S.A. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo do exercício.

Locação - A empresa VBF Empreendimentos pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema - MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo - SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício.

Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

O montante reconhecido decorrente desta operação de locação foi de R\$ 25.200 (R\$ 23.897 em 31 dezembro de 2022).

Os resultados gerados nas demonstrações de resultado da Companhia entre as empresas do mesmo grupo econômico estão demonstrados abaixo:

	Transações comerciais	
	31/12/2023	31/12/2022
Venda de mercadorias – Premier	2.486.780	2.581.558
Custo de mercadoria vendida – Premier	(2.432.025)	(2.412.150)
Fretes e logística – VBLOG	(79.066)	(74.947)
Total	(24.311)	94.461
	Rateio administrativo	
	31/12/2023	31/12/2022
Grupo SBF	(6.229)	-
Fisia	127.473	75.500
Premier	16.120	565
VBLOG	33.071	37.050
Lione	-	1
Pine	-	1
Total	170.435	113.117
	Despesas com aluguéis	
	31/12/2023	31/12/2022
VBLOG	40	38
SBF Comércio	25.200	23.897
Total	25.240	23.935

Transações eliminadas na consolidação

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	7.955	35.019	182.405	208.190
Fisia	182.405	209.243	7.955	36.072
Fitdance	-	268	-	268
Total	190.360	244.530	190.360	244.530

	Transações comerciais	
	31/12/2023	31/12/2022
Venda de mercadorias – Fisia	450.516	26.841
Custo de mercadoria vendida – Fisia	(320.550)	(23.173)
Total	129.966	3.668

	Comissão marketplace	
	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	29.927	5.045
Total	29.927	5.045

	Serviços audiovisual	
	31/12/2023	31/12/2022
Fitdance	2.060	246
Network	4.395	2.055
NeoTv	3.075	1.904
Total	9.530	4.205

	Serviços logísticos	
	31/12/2023	31/12/2022
SBF Comércio	24.186	3.292
Total	24.186	3.292

a. Remuneração ao pessoal-chave da Administração

A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e pró labore	4.597	4.695	8.895	4.695
Participação nos lucros	1.235	3.707	2.465	3.707
Total	5.832	8.402	11.360	8.402

b. Mútuo a receber - Controladora

Os mútuos a receber referem-se às transações de empréstimos com empresa relacionada Fisia, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

Saldo em 1º de janeiro de 2022	-
Captação de mútuos	275.800
Juros incorridos	6.103
Pagamentos principal e juros	(55.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	226.403
Captação de mútuos	28.000
Juros incorridos	6.399
Pagamento de principal	(249.933)
Pagamento de juros	(10.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de marketing e comunicação	8.856	14.225	23.233	32.082
Provisões para serviços de terceiros	-	-	17.077	33.786
Provisões logísticas	7.346	10.341	34.988	17.706
Provisões benefícios a empregados	5.126	9.059	5.964	10.528
Utilidades e serviços	11.069	3.719	12.780	9.039
Provisões gerais	11.048	9.034	17.066	11.269
Outras obrigações	2.175	1.742	2.251	1.738
Total	45.620	48.120	113.359	116.148

27. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Patrocínios e royalties	-	-	10.603	10.081
Royalties a amortizar - Aquisição Fisia	-	3.469	108.864	139.269
Adiantamento de clientes	28.377	61.671	28.608	88.745
Cartão presente	10.860	20.085	10.860	20.457
Receita diferida	71	-	1.668	171
Total	39.308	85.225	160.603	258.723
Passivo circulante	39.308	85.225	69.092	151.472
Passivo não circulante	-	-	91.511	107.251

28. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 2.229.971 dividido em 2.194.630.161 ações ordinárias sem valor nominal e em dezembro de 2022 era R\$ 2.229.971 dividido em 2.194.630.161 ações ordinárias sem valor nominal.

O controle acionário da Companhia, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2023:

Acionista	31/12/2023	
	Quantidade	%
Grupo SBF S.A.	2.194.630.161	100%
Total	2.194.630.161	100%

b. Lucro por ação – Consolidado

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Numerário básico/diluído - Controladora		
Lucro líquido do exercício	129.060	40.170
Média ponderada de ações	4.809.278	2.105.909
Resultado básico por ação - R\$	0,03	0,02
Lucro líquido do exercício	129.060	40.170
Média ponderada de ações	4.809.278	2.105.909
Resultado diluído por ação - R\$	0,03	0,02

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os lucros diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.



d. Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia constituiu R\$ 50.244 de reserva e zero em 31 de dezembro de 2022.

e. Reserva de incentivos fiscais

	31/12/2023	31/12/2022
Benefício fiscal – Crédito presumido de ICMS	201.766	201.766
Benefício fiscal – Redução de base de cálculo de ICMS exercício de 2023	20.363	-
Total de reserva de incentivos fiscais	222.129	201.766

A Companhia e sua controlada Fisica se beneficiam de incentivos fiscais sobre impostos estaduais (ICMS) de crédito presumido, decorrentes dos centros de distribuição estabelecidos nos Estado de Minas Gerais e Paraíba, e de redução de base de cálculo, decorrentes das operações ocorridas com varejistas no Estado de São Paulo.

A Lei Complementar nº 160/2017 e a Lei nº 12.973/2014 permitem que a Companhia e sua controlada excluam da base do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, desde que constituída reserva de incentivos fiscais, o montante do lucro líquido tributável relacionado aos incentivos fiscais estatuais.

Até junho de 2023 antes julgamento pelo STJ a Companhia e sua controlada, somente excluam da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido os incentivos fiscais de crédito presumido. Até a data do julgamento o montante de reserva relacionado ao benefício de crédito presumido de ICMS totalizava R\$ 201.766..

Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, a a controlada Fisica passou a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023 a Fisica reconheceu o montante de R\$ 20.363 referente ao benefício do ano de 2023, bem como montante retroativo aos últimos 5 anos no montante de R\$ 199.830.

29. RECEITAS LÍQUIDAS

29.1 Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo



com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

Venda de mercadorias: A Companhia opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados à comercialização de produtos esportivos, bem como vendas na forma de atacado originária do centro de distribuição de produtos esportivos para Companhias do mesmo grupo econômico. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro.

Venda de mercadorias por meio da plataforma digital: A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens forem transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.

Serviços prestados: A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade: Na empresa FitDance, o reconhecimento das receitas ocorrem na realização dos cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo realizadas por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato.

Subvenção governamental: a Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais.

Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico.

No 4º trimestre de 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS.

A partir de 1º de julho de 2021, a controlada Fisia efetuou a migração das operações da plataforma digital da controlada Fisia (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS.



Ainda, nos termos do julgamento proferido pelo STJ em recurso repetitivo, Tema 1.182, a Companhia reconheceu o incentivo fiscal dessas operações em sua controlada Fisia. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 somaram o montante de R\$ 301.561 dos quais R\$ 281.198 correspondem ao incentivo fiscal de crédito presumido e R\$ 20.363 incentivo fiscal de redução de base (R\$ 165.023 no exercício de 31 de dezembro de 2022 de crédito presumido).

29.2 Composição

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Transações com terceiros	Transações intercompany - Premier	Total	Transações com terceiros	Transações intercompany - Premier	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	4.173.275	2.965.949	7.139.224	4.187.397	3.042.153	7.229.550
Prestação de serviços	104.119	-	104.119	56.885	-	56.885
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(998.145)	(508.976)	(1.507.121)	(981.844)	(529.441)	(1.511.285)
ICMS - Incentivo fiscal (i)	158.242	-	158.242	159.152	-	159.152
Prestação de serviços	(10.999)	-	(10.999)	(6.591)	-	(6.591)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(57.003)	-	(57.003)	(24.913)	-	(24.913)
Receitas líquidas	3.369.489	2.456.973	5.826.462	3.390.086	2.512.712	5.902.798

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Transações com terceiros	Transações intercompany - Premier	Total	Transações com terceiros	Transações intercompany - Premier	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	8.900.567	2.965.949	11.866.516	4.590.092	3.007.993	7.598.085
Prestação de serviços	63.684	-	63.684	59.484	-	59.484
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(2.076.734)	(508.976)	(2.585.710)	(1.074.879)	(522.415)	(1.597.294)
ICMS - Incentivo fiscal	301.561	-	301.561	165.023	-	165.023
Prestação de serviços	(12.207)	-	(12.207)	(6.591)	-	(6.591)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(256.486)	-	(256.486)	(33.613)	-	(33.613)
Receitas líquidas	6.920.385	2.456.973	9.377.358	3.699.516	2.485.578	6.185.094

Receita do mercado de atacado

As vendas em atacado são destinadas à empresa Premier Distribuidora, e referem-se à operações de venda entre as empresas da controladora Grupo SBF S.A, conforme Nota 25.

Receita do mercado de varejo e plataforma digital

A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), atacado e plataforma digital está apresentada abaixo:

Controladora

Consolidado

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Varejo (lojas físicas)	3.267.363	2.903.628	4.615.259	2.359.764
Atacado terceiros	-	-	1.325.180	-
Plataforma digital	905.912	1.283.769	2.960.128	2.230.328
Receita bruta venda de mercadorias – Transações com terceiros	4.173.275	4.187.397	8.900.567	4.590.092

Região Geográfica

Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Sudeste	2.182.403	2.200.285	5.534.587	2.491.446
Nordeste	752.369	770.274	1.044.304	799.000
Sul	663.909	643.588	1.401.164	697.419
Centro - oeste	356.539	362.126	631.461	387.186
Norte	218.055	211.124	289.051	215.041
Receita bruta de vendas – Transações com terceiros	4.173.275	4.187.397	8.900.567	4.590.092

Sazonalidade trimestral da receita líquida

O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo, ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
1º Trimestre	681.458	678.666	1.535.111	678.666
2º Trimestre	782.014	763.088	1.505.485	764.894
3º Trimestre	862.447	855.145	1.769.414	857.546
4º Trimestre	1.043.570	1.093.187	2.110.375	1.398.410
Receita líquida de vendas	3.369.489	3.390.086	6.920.385	3.699.516

Em 1º de dezembro de 2022 foi concluída a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta do Grupo SBF S.A. e passou a ser controlada pela SBF Comércio. O aumento das receitas no exercício de 2023 deve-se a consolidação das operações das controladas da Companhia.

30. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

30.1 Política contábil

Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados.

30.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo da revenda de mercadorias	(1.734.203)	(1.790.981)	(2.980.150)	(1.905.328)
Custo da revenda atacado - Mercado externo	-	-	(711.730)	(17.452)
Custo dos serviços prestados	-	-	(6.084)	(2.761)
Custo de fretes e logística	(181)	(99)	(946)	(255)
Subtotal	(1.734.384)	(1.791.080)	(3.698.910)	(1.925.796)
Custo da revenda - Intercompany Premier	(2.487.136)	(2.412.150)	(2.487.136)	(2.412.150)
Custo de fretes e logística - Grupo	(42.138)	(72.969)	(42.750)	(72.969)
Subtotal	(2.529.274)	(2.485.119)	(2.529.886)	(2.485.119)
Total	(4.263.658)	(4.276.199)	(6.228.796)	(4.410.915)

31. DESPESAS POR NATUREZA

Despesas com vendas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(494.449)	(514.126)	(626.091)	(523.479)
Depreciação e amortização	(60.997)	(72.799)	(80.621)	(74.044)
Depreciação de direito de uso	(151.261)	(145.529)	(178.108)	(145.922)
Publicidade e propaganda	(117.227)	(144.227)	(506.700)	(193.118)
Utilidades e serviços	(114.294)	(127.345)	(215.655)	(135.992)
Serviços de terceiros	(67.548)	(53.712)	(349.005)	(66.125)
Comissão de cartão	(68.859)	(66.270)	(109.362)	(72.383)
Ocupação	(81.038)	(62.358)	(123.472)	(65.438)
(-) Descontos sobre arrendamentos	2.259	8.436	2.259	8.436
Contencioso	3.300	5.349	3.505	6.008
Outras despesas	(40.375)	(63.266)	(66.365)	(69.541)
Total	(1.190.489)	(1.235.847)	(2.249.615)	(1.331.598)

Despesas administrativas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(60.429)	(93.278)	(146.170)	(102.390)
Depreciação e amortização	(71.106)	(59.318)	(95.340)	(59.423)
Depreciação de direito de uso	(16.534)	(19.914)	(18.899)	(19.914)
Publicidade e propaganda	(8.857)	(11.688)	(11.464)	(13.457)
Utilidades e serviços	(26.166)	(39.757)	(80.110)	(44.442)
Serviços de terceiros	(25.170)	(43.260)	(47.465)	(49.039)
Ocupação	(1.156)	(1.990)	(4.791)	(4.049)
(-) Descontos sobre arrendamentos	-	1.657	-	1.657
Contencioso	(5.214)	18.606	(14.872)	14.106
Outras despesas	(6.864)	(16.973)	(16.594)	(18.286)
Total	(221.496)	(265.915)	(435.705)	(295.237)

Em 1º de dezembro de 2022 foi concluída a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta do Grupo SBF S.A. e passou a ser controlada pela SBF Comércio. O aumento das despesas no exercício de 2023 deve-se a consolidação das operações das controladas da Companhia.

32. RESULTADO FINANCEIRO

32.1 Política contábil

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

32.2 Composição

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Atualização monetária de impostos	27.167	49.709	31.328	50.741
Atualização monetária de depósitos judiciais	8.636	6.593	31.432	14.088
Receitas de aplicações financeiras	7.641	25.451	16.417	25.770
Juros sobre operações de mútuo	6.399	6.103	-	6.103
Variação cambial ativa	1.283	768	157.983	6.971
Descontos obtidos	619	43	689	43
Juros e multas recebidos	4	5	2.338	159
Outras receitas financeiras	2.603	2.111	2.450	2.077
Receitas financeiras	54.352	90.783	242.637	105.952

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre debêntures	(128.934)	(124.052)	(184.664)	(124.053)
Juros de arrendamento mercantil	(115.179)	(118.931)	(131.813)	(119.042)
Juros sobre empréstimos	(22.630)	(35.294)	(34.003)	(35.348)
Juros sobre contencioso	(12.344)	(3.146)	(34.100)	(4.725)
Juros sobre capital próprio	-	(8.589)	-	(8.589)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(3.846)	(1.068)	(8.082)	(4.779)
Tarifas e taxas bancárias	(2.540)	(5.061)	(9.620)	(3.957)
Juros sobre operações de vendas de recebíveis	(2.501)	(177)	(16.669)	(419)
Juros sobre pagamentos em atraso	(2.457)	(656)	(2.928)	(689)
Juros sobre atraso de impostos	(1.307)	(10.670)	(1.722)	(10.671)
Juros sobre contratos de mútuos	(910)	-	(903)	(2.016)
Variação cambial passiva	(470)	(2.108)	(146.188)	358
Impostos sobre operações financeiras	302	(861)	(1.163)	(1.020)
Outras despesas financeiras	(9.014)	(5.416)	(13.382)	(5.415)
Despesas financeiras	(301.830)	(316.029)	(585.237)	(320.365)
Despesas financeiras líquidas	(247.478)	(225.246)	(342.600)	(214.413)

Em 1º de dezembro de 2022 foi concluída a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta do Grupo SBF S.A. e passou a ser controlada pela SBF Comércio. O aumento das

despesas no exercício de 2023 deve-se a consolidação das operações das controladas da Companhia.

33. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pela Companhia como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC – 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidas entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da Fitdance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato.

34. COBERTURA DE SEGUROS – não auditado

A Companhia mantém apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Transportes	Transportes nacionais	R\$ 13.576.022
Transportes	Transportes internacionais	US\$ 81.270
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R\$ 31.680
Responsabilidade civil	Directors & Officers	R\$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R\$ 646.288

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº14.789/2023 com vigência a partir de 2024, que alterou o tratamento tributário dos benefícios fiscais de ICMS para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, trazendo um novo mecanismo para aproveitamento de créditos. A Companhia está avaliando os procedimentos e impactos para o próximo ano.

* * *

Pedro Zemel
CEO

José Luís Salazar
CFO

Ana Mota
CRC 1SP328009/O-1





Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: C8422B9981994652971F03B71044E714
 Assunto: Complete com a DocuSign: DF SBF COMERCIO 31.12.2023 (relatório do auditor)
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 87
 Assinar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Juliana Baronian
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 juliana.baronian@pwc.com
 Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original 18 de março de 2024 16:41	Portador: Juliana Baronian juliana.baronian@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 18 de março de 2024 16:58	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

Leandro Mauro Ardito
 leandro.ardito@pwc.com
 PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através do DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:

 0123079E290F40B...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
 Usando endereço IP: 134.238.159.64

Registro de hora e data

Enviado: 18 de março de 2024 | 16:43
 Visualizado: 18 de março de 2024 | 16:57
 Assinado: 18 de março de 2024 | 16:58

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
-----------------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
-------------------------------------	---------------	--------------------------------

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
------------------------------------	---------------	--------------------------------

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
------------------------------------------	---------------	--------------------------------

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
----------------------------------------	---------------	--------------------------------

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
-------------------------	---------------	--------------------------------

Juliana Baronian juliana.baronian@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign	Copiado	Enviado: 18 de março de 2024 16:58 Visualizado: 18 de março de 2024 16:58 Assinado: 18 de março de 2024 16:58
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	18 de março de 2024 16:43
Entrega certificada	Segurança verificada	18 de março de 2024 16:57
Assinatura concluída	Segurança verificada	18 de março de 2024 16:58
Concluído	Segurança verificada	18 de março de 2024 16:58

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------